

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.432 - RS (2015/0039584-3)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE : MOACIR JOSE DALCOQUIO**  
**ADVOGADO : ALCINDO BATISTA DA SILVA ROQUE - RS026036**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INTERES. : OSVALDO GOMES**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por MOACIR JOSÉ DALÇOQUIO, com arrimo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (e-STJ fls. 1777/1778):

APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PERTENCENTE A SECRETÁRIO MUNICIPAL. INFRINGÊNCIA AO ART. 30 DA LEI DE LICITAÇÕES. CARACTERIZAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO POR INTERPOSIÇÃO PREMATURA. AFASTAMENTO.

1. Preliminar de intempestividade do apelo do MINISTÉRIO PÚBLICO suscitada em contrarrazões. A tese do recurso prematuro ou da pré-tempestividade, conquanto prevista na Súmula 418 do STJ, não encontra aplicação nas instâncias ordinárias. No caso, o julgamento dos embargos de declaração sequer ensejou qualquer alteração no julgado no que concerne aos pontos suscitados no apelo do Ministério Público, o qual, por isso, nada tinha a ratificar.

2. Prescrição. Relativamente ao Secretário Municipal, afigura-se manifestamente preclusa a inconformidade quanto ao afastamento da prescrição (art. 473 do CPC), pois foi afastada pelo juízo a quo no curso dos autos e não foi atacada por recurso por tal demandado. Tampouco é caso de acolhimento da preliminar de prescrição quanto ao Prefeito demandado, tendo em vista a aplicação do art. 23, inc. I, da Lei de Licitações e o art. 219, § 1º, do CPC. Conta-se o prazo prescricional da data do término do exercício do mandato e leva-se em conta a data da distribuição da ação, de modo que, no caso, a ação poderia ter sido ajuizada até 31-12-2009.

3. Hipótese em que resta plenamente caracterizada a violação ao art. 9º, inc. III, da Lei de Licitações, não a elidindo a mera apresentação de alteração dos atos constitutivos não levada a registro acompanhada da alegação de que não era sua a obrigação de levá-la a registro. Quanto mais que, no caso, o apelante deixava a condição de empresário para ingressar no serviço público de modo que, tivesse efetivamente a intenção de desvincular-se da empresa da qual era sócio, teria providenciado o registro do ato, sequer sendo crível que desconhecesse tal obrigação ou mesmo que não soubesse que, no desempenho de suas funções como administrador público (Assistente Técnico e, após, Secretário Municipal de Administração) estivesse impedido de inscrever a empresa da qual era sócio em procedimentos licitatórios e, mais que isso, efetuar compras diretas dessa mesma empresa. Até porque, tanto a lei de licitações como a lei de improbidade são de conhecimento dos Administradores Públicos. Patente a violação aos princípios da legalidade e da impessoalidade (art. 37 da Constituição Federal), já que se envolveu em procedimentos licitatórios na condição de dirigente do órgão contratante e de

proprietário/administrador da empresa contratada, resultando evidenciado o intuito de auferir vantagem indevida. Condenação por ato de improbidade administrativa que se impõe, pois tal atuação é vedada independentemente de dano ao erário. A hipótese é de presunção legal de dano ao erário.

3. Consoante reiterada jurisprudência do STJ, a imposição de penalidade por ato de improbidade prevista no art. 11 da Lei nº 8.429/92 prescinde da comprovação do dano ao erário, bastando a configuração do dolo genérico, o qual resta plenamente caracterizado.

4. Tendo em vista os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, bem assim a adequação das sanções à conduta ilícita, de se impor, além da multa civil, também a impossibilidade de contratar com o poder público e a suspensão dos direitos políticos por três anos (art. 12, "caput", e inciso III, da Lei n. 8.437/1992).

5. Quanto à correção monetária da multa civil, necessária a atualização monetária da base de cálculo, pois apenas se destina a recompor o valor da moeda. Não fosse assim, com o passar dos anos, o valor poderia tornar-se irrisório.

6. Inexiste prova da participação do Prefeito Municipal para o cometimento do ato de improbidade administrativa, pois a hipótese prevista no art. 11 da LIA não se satisfaz com mera culpa, sendo necessário o dolo, cuja prova inexistente na hipótese dos autos.

APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARCIALMENTE PROVIDA.  
APELAÇÃO DO DEMANDADO DESPROVIDA

A parte recorrente defende, em síntese, além do dissídio jurisprudencial, que: a apelação do Ministério Público foi protocolada antes do julgamento dos embargos de declaração, não tendo havido a ratificação, evidenciando a intempestividade do apelo, nos termos da Súmula 418 do STJ; o acórdão atacado violou o art. 23 da Lei 8.429/1992, porquanto evidenciado o transcurso do prazo prescricional; ao considerar a data do afastamento do quadro societário da empresa Solarbel a do registro na junta comercial e não a da alteração contratual, o julgado violou o art. 9º, III, da Lei de Licitações.

Contrarrazões (e-STJ fls. 1.845/1.855).

Juízo positivo de admissibilidade (e-STJ fls. 1.858/1.862).

Parecer ministerial pelo desprovimento do agravo (e-STJ fls. 1.877/1.884).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2 do STJ).

Considerado isso, verifico que não assiste razão ao recorrente.

No tocante à alegada violação da Súmula 418 do STJ, tenho que a

pretensão recursal não comporta conhecimento, porquanto esse ato normativo não se enquadra no conceito de tratado ou lei federal de que cuida o art. 105, III, a, da Constituição Federal de 1988, consoante a Súmula 518 desta Corte: "Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula".

Com relação ao lapso prescricional, verifico que a jurisprudência desta Corte tem entendimento pacificado no sentido de que, nos termos do art. 23, I, da Lei 8.429/92, a pretensão condenatória, nas ações civis públicas por ato de improbidade, tem o curso da prescrição interrompido com o mero ajuizamento da ação dentro do prazo de cinco anos após o término do exercício do mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

Assim, no caso dos autos, considerando que a demanda foi efetivamente proposta dentro do prazo previsto em lei (em 29/06/2009), não há falar na ocorrência da prescrição.

Nesse sentido:

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SECRETÁRIO DE SAÚDE. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO CONDENATÓRIA. ART. 23, I, DA LEI 8.429/92. PRAZO DE CINCO ANOS. TERMO INICIAL. SAÍDA DO GESTOR DO CARGO OCUPADO. INTERRUÇÃO. PROPOSITURA DA AÇÃO DE IMPROBIDADE NO PRAZO LEGAL.

1. Praticado o alegado ato ímprobo durante a gestão do réu à frente da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, o prazo prescricional quinquenal, como previsto no art. 23, I, da Lei nº 8.429/92, tem início com a saída do gestor do cargo ocupado.

2. O lapso prescricional previsto no art. 23, I, da LIA é interrompido com o ajuizamento da ação civil de improbidade administrativa pelo Ministério Público ou pessoa jurídica interessada, sendo certo que a posterior citação válida do réu implicará, nos termos do art. 219, § 1º, do CPC/73, que a mencionada interrupção retroaja "à data da propositura da ação".

3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, não provido. (REsp 1.404.307/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 31/05/2017).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 10, VI, DA LEI 8.429/1992. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. SANÇÕES. SÚMULA 7/STJ.

1. Cuida-se, na origem, de Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa com o objetivo de condenar o réu pelos atos previstos no art. 10, VI, da Lei 8.429/1992, uma vez que teria se apropriado indevidamente de valores, na condição de Gerente de Relacionamento de uma agência da Caixa.

2. O recorrente não fez o devido cotejo analítico e assim não demonstrou as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles.

3. Nas ações de Improbidade Administrativa o curso da prescrição é interrompido com o mero ajuizamento da ação. Nesse sentido: REsp

1391212/PE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 9/9/2014.

4. A jurisprudência do STJ se firmou no sentido, como regra geral, de que modificar o quantitativo da sanção aplicada pela instância de origem enseja reapreciação dos fatos e da prova, obstada nesta instância especial.

5. Agravo Interno não provido.

(AgInt no AREsp 673.150/RN, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 03/03/2017).

Quanto ao mais, verifico que a Corte de origem assim pontuou acerca da conduta ímproba perpetrada pelo recorrente:

Começa que se afigura incontroverso (além de comprovado) que MOACIR JOSÉ permaneceu no serviço público no período de **02-01-2001 até 31-12-2004**, alterando os cargos de Assistente Técnico Superior da Divisão de Administração de Materiais (02-01 a 11-04-2001 – fls. 167, 168 e 476); Secretário Municipal de Administração (12-04-2001 a 10-03-2003 – fls. 125-127, 169 e 255); e Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Serviços (10-03-2003 a 31-12-2004 – fls. 476 e 477).

(...)

Outrossim, malgrado o apelante sustente que desde 14-01-2001 já não mais integrava o quadro societário, a prova produzida nos autos evidencia o contrário, sendo certo que a mera alegação de que não era sua a obrigação de levar a alteração contratual a registro não afasta sua responsabilidade.

A empresa SOLARBEL foi constituída por MOACIR JOSÉ e FLÁVIO MELLO DOS SANTOS em 1999 (fls. 173-175), **sendo que a alteração contratual firmada em 15-01-2001**, pela qual MOACIR JOSÉ retira-se da sociedade e cede a integralidade de suas quotas sociais para ALEXANDRE LUÍS DOS SANTOS e a FLÁVIO (funcionários da empresa), no percentual de 40 e 60%, respectivamente, apenas **foi protocolizada perante a Junta Comercial em 25-10-2001, sendo registrada em 23-11-2001** (fls. 265, 266-268, 269 e 270-275). **Além disso, MOACIR JOSÉ figurou no Sistema de Controle de ISS da Prefeitura Municipal de Passo Fundo (Relatório Analítico) até 10-10-2001** (fl. 459).

Veja-se que os artigos 1.150 e 1.151 do Código Civil permitem que os requerimentos relativos ao empresário e à sociedade empresária sejam feitos por sócio ou por qualquer interessado e devem ser realizados no prazo de trinta dias; excedendo tal prazo, o registro somente produzirá efeito a partir da data da sua concessão. No mesmo sentido, o art. 33 do Decreto nº 1.800/1996 (“Regulamenta a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências”), reportando-se aos atos definidos no art. 32 do mesmo diploma legal, dentre os quais consta o arquivamento das alterações contratuais (inc. II, alínea 'a'), define prazo de trinta (30) dias para o encaminhamento dos atos a registro. E como é pelo registro que se alcançam, entre outras, as finalidades da publicidade e da eficácia dos atos jurídicos das empresas (art. 1º do Decreto nº 1800/1996), não há como, por um lado, afastar a responsabilidade do demandado, por outro, pretender que a alteração tenha surtido eficácia em relação a terceiros e também quanto à Administração Pública.

Quanto mais que, no caso, MOACIR JOSÉ deixava a condição de empresário para ingressar no serviço público de modo que, tivesse efetivamente a intenção de desvincular-se da empresa da qual era sócio, teria providenciado o registro do ato, sequer sendo crível que desconhecesse tal obrigação ou mesmo que não soubesse que, no desempenho de suas funções como administrador público, estivesse impedido de inscrever a empresa da qual era sócio em procedimentos licitatórios e, mais que isso, efetuar compras diretas

# *Superior Tribunal de Justiça*

dessa mesma empresa. Até porque, tanto a lei de licitações como a lei de improbidade são de pleno conhecimento pelos Administradores Públicos. (e-STJ fls. 1790/1794). (Grifos do original).

Vê-se que o Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas da causa, reconheceu a caracterização do ato deliberado de improbidade administrativa, de modo que a reforma desse julgado demandaria o reexame fático-probatório dos autos, inviável em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator